

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1 – DO OBJETO

1.1. Aquisição, sob demanda, de PAPEL FORMATO A4 para atender a necessidade da Secretária Municipal de Saúde, Hospital Municipal Raul Sertã, Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro, Clínica de Repouso Santa Lúcia, Programa de Saúde Mental, Subsecretaria de Atenção Básica, Estratégia de Saúde da Família, Programa Melhor em Casa, Subsecretaria de Vigilância de Saúde e Subsecretaria de Vigilância Sanitária, pelo período de 12 (doze) meses, conforme condições, especificações, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas nas Requisições acostadas aos autos às fls. 05/27, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2. Requisitante: Secretaria Municipal de Saúde;
Hospital Municipal Raul Sertã;
Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro;
Programa de Saúde Mental;
Programa Melhor em Casa;
Subsecretaria de Atenção Básica;
Estratégia de Saúde da Família;
Subsecretaria de Vigilância de Saúde;
Subsecretaria de Vigilância Sanitária;
CEREST;
Programa DST/HIV/AIDS e Hepatites Virais;

1.3. Fundamentação Legal: Pregão Eletrônico, via registro de preço, fundamentado legalmente pelo Decreto Federal 10.024/2019, Decreto Municipal 599/2020, lei Federal nº 10.520/2002 e Lei 8.666/93;

1.4. Tipo: Menor preço unitário nos termos da Lei nº. 8.666/93;

1.5. Prazo: 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2 – DO QUANTITATIVO

2.1. A tabela a seguir descreve detalhadamente o objeto deste Termo de Referência:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	U/C	QTDE
COTA PRINCIPAL			
1	PAPEL FORMATO A4 (210MM X 297MM), SULFITE, BRANCO LISO, COMUM, GRAMATURA 75G/M², PACOTE CONTENDO 500 FOLHAS.	RESMA	9.795
COTA RESERVADA			
2	PAPEL FORMATO A4 (210MM X 297MM), SULFITE, BRANCO LISO, COMUM, GRAMATURA 75G/M², PACOTE CONTENDO 500 FOLHAS.	RESMA	3.265

* Os quais serão distribuídos conforme tabela abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	SMS	HMRS	HMNF	CSL	SM	AB	ESF	PMC	VIG. SAÚDE			VSAN	TOTAL
											VS	IST	CEREST		
1	PAPEL FORMATO A4 (210mm X 297mm), sulfite, branco liso, comum, gramatura 75 g/m², pacote contendo 500 folhas.	Resma	2.360	3.776	360	72	600	3.000	2.520	48	120	60	24	120	13.060

3 – DO QUANTITATIVO E DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

3.1. A Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo realiza anualmente licitações para abastecimento das Unidades de Saúde que compõem sua estrutura com a devida previsão dos itens nelas utilizados.

3.2. A presente aquisição visa suprir a demanda das Unidades Hospitalares pelo período de 12 (doze) meses.



- 3.3. Trata-se de um material indispensável e essencial à rotina das unidades de saúde. O Papel Formato A4, objeto do presente, visa suprir a necessidades de uso das Unidades.
- 3.4. Ademais a presente aquisição visa suprir a necessidades de uso das Unidades, quando necessária, contribuindo para o regular abastecendo das Unidades de saúde pelo período de 12 (doze) meses.
- 3.5. Na Secretaria Municipal de Saúde, a aquisição visa suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 12 (doze) meses. O quantitativo foi baseado no último processo, tendo em vista que foi preciso solicitar emprestado em outros setores da unidade, assim, foi solicitado um percentual de 20% (vinte por cento) a mais, para repor o empréstimo assim feito.
- 3.6. No Hospital Municipal Raul Sertã, a aquisição visa suprir as necessidades do Hospital Municipal Raul Sertã, pelo período de 12 (doze) meses. O quantitativo foi baseado no consumo do ano anterior, que segundo a unidade, foi muito elevado devido a falta de formulários de gráfica na rotina da unidade, sendo necessário impressão.
- 3.7. No Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro, a aquisição visa suprir as necessidades do Hospital Maternidade Dr. Mario Dutra de Castro, pelo período de 12 (doze) meses. O quantitativo foi baseado no consumo mensal anterior, conforme planilha acostada na fl. 07, e acrescentado um margem de segurança de 25% (vinte cinco por cento), devido recorrente falta de impressos gráficos, sendo necessário a impressão.
- 3.8. Na Clínica de Repouso Santa Lúcia, a aquisição visa suprir as necessidades de fornecimento interno, considerando sua utilização na rotina diária para o desenvolvimento das atividades como, terapia ocupacional, formulários médicos, formulários de evolução, receituários médicos entre outros, pelo período de 12 (doze) meses. O quantitativo foi baseado no consumo de 05 (cinco) resmas mensais, com uma margem de 20% (vinte por cento).
- 3.9. Na Unidade de Saúde Mental, considerando sua utilização na rotina diária dos CAPS AD, CAPS I, CAPS II e Gerência de Saúde Mental, para dar atendimento, de forma satisfatória, às constantes demandas das Unidades que compõem a RAPS, uma vez que as unidades de Saúde Mental utilizam o Papel A4 não apenas para as atividades administrativas, mas também para todas as atividades relacionadas às terapias com psicólogos clínicos, oficinairos e equipe multidisciplinar através de atividades lúdicas de pinturas, desenho e expressões das mais variadas dentro do projeto Terapêutico Singular de cada paciente.



- 3.10. Na Subsecretaria de Atenção básica, a aquisição visa suprir as necessidades das 05 (cinco) unidades básicas de saúde, a subsecretaria de atenção básica e o centro de triagem Covid-19, pelo período de 12 (doze) meses. O quantitativo foi baseado na média de consumo conforme processo nº 5530/2019, conforme planilha acostada na fl. 14.
- 3.11. Na Unidade Estratégia de Saúde da Família, a aquisição visa suprir as necessidades das 20 (vinte) equipes da estratégia de saúde da família do município, sendo estas: Lumiar, São Pedro da Serra, Stucky, Mury, Amparo, Campo do Coelho, Centenário, São Lourenço, Nova Suíça, Riograndina, Rio Bonito da Praça, Olaria I (Xingú), Olaria II (Espírito Santo), Olaria III (Amarelinho), Varginha, Conquista, Terra Nova, Cordeira, São Geraldo, e mais a Coordenação do programa, pelo período de 12 (doze) meses. O quantitativo foi baseado na média do histórico de consumo no processo nº 5530/2019, conforme planilha acostada na fl. 16, onde a maioria dos itens solicitados não foram entregues.
- 3.12. No Programa Melhor em Casa, a aquisição visa suprir as necessidades do programa Melhor em Casa, pelo período de 12 (doze) meses. O quantitativo foi baseado na média do histórico de consumo dos últimos 6 meses, porém, foram solicitados nos meses de fevereiro e março, onde não foram disponibilizados. Foi acrescentado um percentual de 30% (trinta por cento) a mais, como margem de segurança, conforme planilha acostada na fl.18.
- 3.13. Na Subsecretaria de Vigilância em Saúde, foram divididos em 03 (três) Anexos I. No primeiro Anexo, fls. 20/21, a aquisição visa suprir as necessidades de atendimento a demanda de trabalho da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (no quantitativo de 2 resmas por mês), para impressão de documentos, elaboração de relatórios, processos administrativos e folhas de registro de frequência; Vigilância epidemiológica (no quantitativo de 2 resmas por mês), para impressão de boletins e notas informativas, documentos, como memorandos e ofícios, fichas de notificação de doenças e registros de frequências; Vigilância em Saúde Ambiental (no quantitativo de 4 resmas por mês), para impressão de instrumentos de trabalho da equipe, como impressão de mapas, de amostras de água, entre outros, documentos e registros e frequências; Programa de Controle da Tuberculose e Hanseníase (no quantitativo de 1 resma por mês), para impressão de documentos e relatórios, além de notificações dos casos e registros de frequências; Gerência de Promoção da Saúde (no quantitativo de 1 resma por mês), para impressão e cópias de documentos da Gerência de Promoção da Saúde, Programa de Saúde Auditiva, Programa de Controle do Tabagismo, Programa Saúde na Escola, Programa de Prevenção de Violência e Coordenação de Vigilância Alimentar e Nutricional, pelo período de 12 (doze) meses. No segundo Anexo, fls. 22/23, a aquisição visa suprir as necessidades do programa Municipal IST/Aids/Hepatites Virais, com impressão de exames,

relatórios e demais impressos na ausência de material gráfico, pelo período de 12 (doze) meses. O quantitativo foi baseado na média mensal.

No terceiro Anexo, fls. 24/25, a aquisição visa suprir as necessidades do atendimento a demanda de trabalho do CEREST Serrana 1, na confecção de relatórios de inspeção, impressão de documentos de rotina, materiais para capacitação, entre outros, pelo período de 12 (doze) meses. O quantitativo foi baseado em um consumo de 02 (duas) resmas por mês.

- 3.14. Na Subsecretaria de Vigilância Sanitária, a aquisição visa suprir as necessidades da Divisão de Vigilância e Fiscalização Sanitária, com emissão de licenças iniciais e de renovação, boletins de ocupação, taxas, auto de infração, pareceres, despachos e impressão de documentos solicitada via REGIN/JUCERJA, pelo período de 12 (doze) meses. O quantitativo foi baseado em um consumo de 10 (dez) resmas por mês.
- 3.15. Ressalta-se que as especificações técnicas bem como o quantitativo do objeto solicitado foram indicados pelas equipes técnicas das Unidades de Saúde, a qual se responsabilizam por todas as informações lançadas nos documentos acostados às fls. 05/27.

4 – DO LOCAL DE ENTREGA

- 4.1.** A Contratada deverá proceder com a entrega do objeto, de acordo com as solicitações das Unidades Requisitantes, nos endereços e horários arrolados abaixo:

4.1.1. ALMOXARIFADO CENTRAL – Av. Conselheiro Julius Arp, nº 80, 2º andar – Centro Nova Friburgo/RJ. CEP: 28623-000. Respeitando os dias de entrega, de segunda a sexta-feira, nos horários de 09:00h às 16:00h;

5 – PRAZOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA

5.1. A Unidade Requisitante entrará em contato diretamente com a Contratada para que esta realize a entrega dos produtos no prazo de até 05 dias após o recebimento da Nota de Empenho.

5.2. A entrega deverá ser realizada nos horários e locais descritos nos subitens 4.1.1 deste Termo de Referência.

5.3. A falta do produto não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento do objeto deste Termo de Referência, e não eximirá a fornecedora das sanções a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas.

5.4. Em hipótese alguma serão aceitos produtos em desacordo com as condições pactuadas, ficando sob responsabilidade da Contratada o controle de qualidade do fornecimento, bem como a repetição, às suas próprias custas, para correção de falhas, visando a apresentação da qualidade e resultados requisitados.

5.5. A contratada ficará sujeita as seguintes condições:

5.5.1. Entregar os produtos contendo, em sua embalagem, a data de fabricação, validade e/ou vida útil;

5.5.2. Seguir programação do órgão requisitante, quanto à data, horário, local e quantidade a serem entregues;

5.5.3. Comprometer-se a dar total garantia quanto à qualidade dos materiais fornecidos, bem como efetuar a substituição imediata, e totalmente às suas expensas, de qualquer produto entregue comprovadamente em desacordo com este Termo de Referência, ou seja, fora das especificações técnicas e padrões de qualidade exigidos.

6 – DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

6.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei vigente.

7 – RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

7.1. Os bens serão recebidos:

7.1.1. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeitos de verificação da conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência.

7.1.2. Definitivamente, após verificação da conformidade com as especificações constantes do edital e das propostas. Sua consequente aceitação se dará em até 02 (dois) dias úteis a contar do recebimento provisório.

7.2. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório.

8 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes da aquisição do objeto previsto no presente Termo de Referência correrão por conta do elemento de despesa e fonte de recurso abaixo descrito:

8.1.1 Elemento de despesa – 33.90.30.05;

8.1.2. Fonte de recurso 07 – SUS

8.2. Quanto aos Programas de Trabalho, serão utilizados de acordo com as especificações a seguir:

8.2.1. Fundo Municipal de Saúde – 30001.1012200812.190;

8.2.2. Hospital Municipal Raul Sertã – 30001.103020085.2.202;

8.2.3. Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro – 30001.10.302.00852.203;

8.2.4. Programa de Saúde Mental – 30001.103020083.2.198;

8.2.5. Subsecretaria de Atenção Básica – 30001.10.301.0083.2.193;

8.2.6. Estratégia de Saúde da Família – 30001.10.301.0083.2.194;

8.2.7. Programa Melhor em Casa – 30001.10.302.0083.2.199;

8.2.8. Subsecretaria de Vigilância em Saúde – 30001.10.305.00862.208;

8.2.9. Subsecretaria de Vigilância Sanitária – 30001.10.304.0086.2.209;

8.2.10. CEREST – 30001.10.302.0086.2.212;

8.2.11. Programa DST/HIV/AIDS e Hepatites Virais – 30001.10.305.0086.2.213;

8.3. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ: 11.399.442/0001-79 - AVENIDA ALBERTO BRAUNE, Nº 224, SALA 221, CENTRO, NOVA FRIBURGO/RJ, CEP 28613-001.

9 – DA LIQUIDAÇÃO

9.1. A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência.

10 – DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto nº 258 de 27 de Setembro de 2018, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

- 10.1.1. Negativa de Débitos Trabalhistas;
- 10.1.2. Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;
- 10.1.3. FGTS;
- 10.1.4. PGE – referente à Dívida Ativa Estadual;
- 10.1.5. Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;
- 10.1.6. Estadual CND – referente ao ICMS.

10.2. A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta-Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

10.3. Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

11 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

11.1. Não poderão participar da licitação as empresas que estiverem sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que estejam suspensas de licitar e/ou declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, federal, estadual ou municipal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito contratar ou licitar com a Administração Pública;



11.2. Não poderão participar, ainda, os servidores de qualquer órgão ou entidades vinculadas ao Município de Nova Friburgo, bem assim as empresas das quais tais servidores sejam sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos.

11.3. Os interessados, ou seus representantes legais, deverão comparecer nas instalações da Comissão de Pregão na data e horário estipulado, comprovando possuir poderes para formular propostas e para a prática de todos os atos do certame. É vedada a participação de um mesmo representante legal para mais de uma empresa, sendo admitido somente um representante por proponente.

11.4. A participação do representante legal da empresa far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário dirigente ou assemelhado da empresa proponente deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exarar direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

12 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. Caberá à Contratante:

12.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

12.1.2. Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;

12.1.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

12.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

12.1.5. Efetuar o pagamento no prazo previsto;

12.1.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada.

12.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

13 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. Ter capacidade de atendimento da demanda com eficiência, presteza e zelo;

13.2. Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicado pela Contratante, em estrita observância das especificações do Termo de Referência e da proposta, acompanhada da respectiva Nota Fiscal Eletrônica SIMPLIFICADA constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia, quando for o caso, acompanhada das certidões de regularidade fiscal citadas nos subitens 10.1.1 a 10.1.6.

13.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº.8.078, de 1990);

13.4. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Contratante, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, as suas expensas, no prazo máximo de 03 dias, o produto com avarias, defeitos ou em desacordo com o Termo de Referência;

13.5. Atender prontamente a quaisquer exigências da Contratante, inerentes ao objeto da presente contratação;

13.6. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou Ata de Registro de Preços.



13.7. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir no cumprimento da obrigação.

13.8. Comunicar à Contratante, no prazo mínimo de 48h (quarenta e oito) horas de antecedência, os motivos que eventualmente impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

13.9. Manter-se, durante toda a execução da obrigação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

13.10. Arcar com ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do 1º parágrafo do art. 57 da Lei nº. 8.666, de 1993.

13.11. A CONTRATADA deverá apresentar os materiais com data de validade de no mínimo 2/3 da validade total do material, na data da entrega na Unidade Requisitante. Na hipótese de absoluta impossibilidade de cumprimento desta condição, devidamente justificada e previamente avaliada pela CONTRATANTE, poderá excepcionalmente, admitir a entrega, obrigando-se o fornecedor, quando acionado, a proceder à imediata substituição, à vista da inviabilidade dos produtos no período de validade.

14 – DA SUBCONTRATAÇÃO

14.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

15 – DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

15.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que seja observada por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos, sejam mantidas as demais cláusulas e condições pactuadas, não haja prejuízo à execução do objeto e haja a anuência expressa da Administração.

16 – DA FISCALIZAÇÃO

16.1. O acompanhamento e a fiscalização da contratação serão exercidos por um representante da Contratante, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso dos procedimentos, e de tudo dará ciência à Administração, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº. 8.666/93.

16.2. Para acompanhamento e fiscalização da entrega dos materiais, ficam designados os agentes públicos abaixo informados:

SERVIDOR	MATRÍCULA	DESIGNAÇÃO
GESTÃO DE PROCESSOS - SMS		
CERES LOURENÇO TEIXEIRA	062.195	GESTOR IMEDIATO
IGOR FARIA DE JESUS	063.036	GESTOR SUBSTITUTO
HOSPITAL MUNICIPAL RAUL SERTÃ		
ANTONIO CARLOS SANT'ANA	207.630	SUPERIOR IMEDIATO
LEOPOLDINA DE FÁTIMA AZEVEDO REIS	201.836	FISCAL TITULAR
DIONES ALVES CABRAL	207.128	FISCAL SUBSTITUTO
HOSPITAL MATERNIDADE DR. MÁRIO DUTRA DE CASTRO		
ALEX DUARTE DA SILVA	062.070	FISCAL TITULAR
JONAS DAMIÃO SANCHES	299.451	FISCAL SUBSTITUTO
CLÍNICA DE REPOUSO SANTA LÚCIA		
IDENILSON MOURA RODRIGUES	063.021	SUPERIOR IMEDIATO
ALEXSANDER DE CARVALHO BELFORT	063.022	FISCAL TITULAR
ANA CRISTINA FARIA DE JESUS	062.812	FISCAL SUBSTITUTO
CAPS GERÊNCIA DE SAÚDE MENTAL		
SÂNDIA M. TOZATO	299.441	FISCAL TITULAR
ELAINE GOMES	299.141	FISCAL SUBSTITUTO
GERÊNCIA DE SAÚDE MENTAL – CAPS INFANTIL		
KATYA ALEXANDRA G. DE S. LISBOA	207.758	FISCAL TITULAR
CAROL GIALFALDONI VIANA	211.5186	FISCAL SUBSTITUTO
GERÊNCIA DE SAÚDE MENTAL – CAPS III		
LUCIANA RODRIGUES DE O. ÂNGELO	062.194	FISCAL TITULAR
GEDALVA DE OLIVEIRA DA FONSECA	195.064	FISCAL SUBSTITUTO
GERÊNCIA DE SAÚDE MENTAL – CAPS A.D.		
CLAUDIA PIETROBON DE A. MAFRA	299.138	FISCAL TITULAR
ERICK DAUDT	211.142	FISCAL SUBSTITUTO
SUBSECRETARIA DE ATENÇÃO BÁSICA		
LUCIMAR FIGUEIRA RIBEIRO	207.764	SUPERIOR IMEDIATO
PATRÍCIA SOARES CARVALHO	299.080	FISCAL TITULAR



CAMILA LIBONATO MENDONÇA	229.421	FISCAL SUBSTITUTO
SUBSECRETARIA DE ATENÇÃO BÁSICA/ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA		
LUCIMAR FIGUEIRA RIBEIRO	207.764	SUPERIOR IMEDIATO
KARLA HERDY MEDEIROS	299.086	FISCAL TITULAR
MARIZA DIAS SIQUEIRA	299.362	FISCAL SUBSTITUTO
PROGRAMA MELHOR EM CASA		
MARISTELA TIELLET	299.248	FISCAL TITULAR
ANA CAROLINA FOLLY PINHEIRO	115.226	FISCAL SUBSTITUTO
VIGILÂNCIA DE SAÚDE/SANITÁRIA		
FABIOLA BRAZ PENNA	206.692	SUPERIOR IMEDIATO
MARIA APARECIDA PAULINA DA SILVA	299.088	FISCAL TITULAR
ERNANI MONTEIRO VIANNA DA SILVA	299.083	FISCAL SUBSTITUTO

16.3. O fiscal da contratação anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a entrega do material, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhado os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

16.4. O fiscal designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da entrega do material.

16.5. A verificação da adequada entrega deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

16.6. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art.70 da Lei nº. 8.666, de 1993.

17 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 8.666/93.



17.1.1. Comete infração administrativa:

17.1.1.1. Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

17.1.1.2. Apresentar documentação falsa;

17.1.1.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

17.1.1.4. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

17.1.1.5. Não manter a proposta;

17.1.1.6. Cometer fraude fiscal;

17.1.1.7. Comportar-se de modo inidôneo;

17.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como Me/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

17.3. Pela inexecução total ou parcial da obrigação poderá a Administração, garantida a ampla defesa, aplicar à empresa, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

17.3.1. Advertência;

17.3.2. Multa de 10% sobre o valor total da contratação;

17.3.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

17.3.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

17.4. As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado.

17.5. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis;

17.6. A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93;

18 – DA RESCISÃO

18.1. O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Termo de Referência, bem como na legislação vigente, por parte do fornecedor, assegurará a Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo o direito de rescindi-la, mediante notificação, com prova de recebimento.

18.2. Ao Município de Nova Friburgo é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei nº. 8.666/93, aplicando-se, no que couberem, as disposições dos parágrafos primeiro e o segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

Termo de referência elaborado por:

IGOR FARIA DE JESUS
Gestão de Processos e Contratos - SMS
Matrícula 063.036

Ratifico o presente Termo de Referência, nos termos da Lei 8.666/93:

NICOLE RIBEIRO LESSA CIPRIANO

Secretário Municipal de Saúde

Matrícula 106.137